

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 08

Processo n° 013/2025
Pregão Eletrônico n° 90007/2025

Trata-se de uma solicitação de esclarecimento em relação ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, realizada por uma empresa interessada em participar do certame.

1. DO PREGOEIRO

1.1. A Lei n° 14.133 de 1º de abril de 2021, estabelece em seu art. 164, o seguinte:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

1.2. Preliminarmente, cumpre esclarecer que o pedido de esclarecimento em questão não possui caráter de recurso, razão pela qual não se aplica efeito suspensivo nem a remessa à autoridade superior. Nessa fase processual, o Pregoeiro / Agente de Contratação detém plenos poderes para analisar quaisquer contestações relativas ao texto editalício, decidindo sobre cada caso conforme a legislação vigente.

2. DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

2.1. A data de abertura da sessão pública do certame está agendada para ocorrer no dia **20/05/2025** às 10h, conforme Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial da União n° 79, Seção 3, pág. 158 241 e 242 de 28/04/2025 e Aviso Publicado no jornal de grande circulação nacional Folha de São Paulo de 28/04/2025, pág. A22.

2.2. A solicitante encaminhou e-mail na data de 07/05/2025, conforme consta nos autos, desta forma, o pedido de esclarecimento da solicitante é admissível e tempestivo conforme legislação em vigor.

3. DA APRECIÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS

3.1. Conforme consta na Lei n° 14.133/2021, a resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, vejamos:

Art. 164

[...]

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.2. Considerando que os documentos que compõem o Edital foram elaborados pela área demandante e pela Equipe de Planejamento designada, este Pregoeiro/Agente de Contratação encaminhou o pedido de esclarecimento por e-mail, em anexo aos autos, para análise dos questionamentos.

Dessa forma, a área demandante e equipe de planejamento enviou a resposta por e-mail, datado de 08/05/2025.

4. DOS ESCLARECIMENTOS (extraído do e-mail encaminhado pela possível licitante)

PERGUNTA 01

“Qual o quantitativo de beneficiários ativos, aposentados, pensionistas, terceirizados e estagiários vinculados e o potencial para captarmos a adesão?”

RESPOSTA 01

Informa-se que o quantitativo atual de beneficiários vinculados ao órgão compreende 77 (setenta e sete) funcionários ativos, os quais estão aptos a aderir ao plano ofertado. Entretanto, considerando a possibilidade de futuras admissões e a expansão do quadro de pessoal, estima-se um potencial de até 122 (cento e vinte e dois) beneficiários que poderão usufruir dos serviços. Ressalta-se, contudo, que não há beneficiários nas categorias de aposentados, pensionistas, terceirizados ou estagiários com previsão de inclusão ou adesão ao referido plano.

PERGUNTA 02

“Relacionar a distribuição geográfica completa dos beneficiários - UF/Municípios para o adequado estudo/dimensionamento de rede credenciada.”

RESPOSTA 02

Informa-se que a rede credenciada deverá contemplar, obrigatoriamente, a cidade de São Paulo – Capital, bem como os municípios abrangidos pelas 12 (doze) seccionais pertencentes ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de São Paulo (CORE-SP).

A relação completa das seccionais, com a respectiva distribuição geográfica por Unidade da Federação e Municípios, está disponível no sítio eletrônico oficial do Conselho, por meio do seguinte link: <https://www.core-sp.org.br/seccionais>.

Tais localidades deverão ser consideradas para fins de estudo e dimensionamento da rede credenciada, a fim de atender de forma adequada aos beneficiários vinculados a este Regional.

PERGUNTA 03

“A adesão por parte dos beneficiários será facultativa ou compulsória?”

RESPOSTA 03

A modalidade de contratação do plano será por adesão facultativa, não caracterizando migração automática ou compulsória de 100% dos beneficiários.

A confirmação de adesão ao novo plano/seguro saúde será realizada junto aos colaboradores que atualmente utilizam o plano vigente, mediante comunicação formal conduzida pela contratante. Após a assinatura do contrato com a operadora vencedora, será ofertada a possibilidade de adesão à nova cobertura, de forma facultativa, tanto para os colaboradores já cobertos quanto para aqueles que ainda não possuem assistência. Estes poderão optar livremente pela contratação ou não do serviço.

PERGUNTA 04

“Haverá valor mínimo entre os lances?”

RESPOSTA 04

Conforme disposto no subitem 7.8 do Edital, o intervalo mínimo de diferença entre os lances ofertados deverá ser de 1% (um por cento), aplicável tanto aos lances intermediários quanto à proposta que venha a cobrir a melhor oferta registrada.

Esclarece-se, ainda, que não serão aceitos lances com valores superiores ao estimado, por se tratar do limite máximo aceitável pela Administração Pública, em conformidade com os princípios da economicidade e da legalidade, que regem as contratações públicas.

PERGUNTA 05

“Podemos entender que o guia de rede, a carteirinha do beneficiário, bem como material explicativo poderão ser fornecidos eletronicamente e/ou via site ou aplicativo para acesso aos serviços contratados?”

RESPOSTA 05

Em conformidade com as normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o manual ou guia médico de rede e a carteirinha do beneficiário poderão ser disponibilizados em formato digital, por meio de site ou aplicativo, visando à modernização, à celeridade e à ampliação do acesso aos serviços contratados. No entanto, ressalta-se que, sempre que solicitado pelo beneficiário, deverá ser garantida, também, a disponibilização dos referidos documentos em formato físico, assegurando o pleno direito de informação e acesso, nos termos da regulamentação vigente. Portanto, embora a via digital seja preferencial e recomendada, a via física deve ser obrigatoriamente disponibilizada quando requisitada, garantindo-se a observância do princípio da ampla acessibilidade.

PERGUNTA 06

“Qual a data prevista para início do contrato com a operadora vencedora?”

RESPOSTA 06

A vigência contratual com a licitante vencedora terá início em 1º de outubro de 2025, conforme previsto nos termos do edital e demais documentos que compõem o processo licitatório.

PERGUNTA 07

“Podemos entender que para assegurar o atendimento, em não havendo alguma especialidade em determinado município/localidade, a cobertura estará garantida considerando os municípios limítrofes, conforme preconiza a RN 566/22?”

RESPOSTA 07

Informamos que a Administração observa rigorosamente as normativas expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em especial o disposto na Resolução Normativa nº 566/2022. Dessa forma, na hipótese de inexistência de determinada especialidade médica no município de residência do beneficiário, a cobertura assistencial deverá ser garantida, considerando, para tanto, os municípios limítrofes e a respectiva Região de Saúde, conforme os critérios e diretrizes estabelecidos pela mencionada norma regulatória.

5. Diante do exposto e considerando que a dúvida foi sanada, o conteúdo deste expediente será publicado no Portal do Core-SP e no Comprasnet, e os trâmites relativos ao procedimento licitatório serão prosseguidos.

**CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES
COMERCIAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo/SP, São Paulo/SP, data conforme assinatura eletrônica¹.

**Samuel dos Santos
Pregoeiro / Agente da Contratação**

¹Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.